CONSIDERANDO: a recomendação da Auditoria Geral do Estado, no sentido de que seja designado Fiscal para os contratos vigentes com vistas a acompanhar a execução dos mesmos.

CONSIDERANDO: a PORTARIA Nº182/2020-DC/PCPA, do dia 28 de Outubro de 2020, publicada no DOE Nº34.394 dia 04 de novembro de 2020.

RESOLVE:

I – designar nos termos da lei nº 8666/93 o servidor SÉRGIO DE OLIVEIRA DUARTE, Escrivão de Polícia Civil do Estado do Pará, Matrícula nº 5232910, portador do CPF nº 305.723.202-72, para acompanhar como fiscal a execução do contrato nº 393/2022 – PC/PA, firmado com a VIGUI 'ST INFORMÁTICA LTDA ME, inscrita no cnpj sob o nº 06.032.137/0001-04, sediado(a) na Rua Sebastião Andrade Bonani, nº 306, bairro Jardim Prudência, município de São Paulo (SP), CEP nº 04649-050, cujo objeto é a aquisição de suprimentos e ferramentas de informática, e no seu impedimento o servidor NILTON SILVA COSTA, servidor publico administrativo da Polícia Civil do Estado do Pará, matrícula nº 5946538, portador do CPF nº 175.712.512-49, que assistirá o referido contrato com as mesmas atribuições, no âmbito da polícia civil do estado do pará, desde o início até o término da vigência contratual.

II – ATRIBUIR ao fiscal do Contrato as seguintes atividades:

a) acompanhar a execução contratual, em seus aspectos quantitativos e qualitativos;

b) registrar todas as ocorrências surgidas durante a execução do objeto;

c) determinar a reparação, correção ou substituição, às expensas da empresa contratada, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução;

d) rejeitar, no todo ou em parte, fornecimento executado em desacordo com o contrato;

e) exigir e assegurar o cumprimento dos prazos previamente estabelecidos;

f) exigir o cumprimento das cláusulas do contrato e respectivos termos aditivos (verificar a existência de possível subcontratação vedada contratualmente, por exemplo);

g) atestar e encaminhar as faturas/notas fiscais, devidamente atestadas para a Diretoria de Administração;

h) comunicar à autoridade superior, em tempo hábil, qualquer ocorrência que requeira decisões ou providências que ultrapassem sua competência, em face de risco ou iminência de prejuízo ao interesse público;

III – DETERMINAR a Diretoria de Administração que adote as devidas providências ao fiel cumprimento do presente Ato.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.

ANA MICHELLE GONÇALVES SOARES ZAGALO

Chefe de Gabinete do Delegado Geral da Polícia Civil/PA

BELÉM-PA, TERÇA-FEIRA, 21 DE NOVEMBRO DE 2022

PORTARIA N.º 136/2022-DGPCPA/DA/DIVERSOS

A Chefe de Gabinete do Delegado Geral da Polícia Civil/PA, ANA MICHELLE GONÇALVES SOARES ZAGALO, no uso de suas atribuições legais.

CONSIDERANDO: os termos da Lei Complementar nº 022/94 de 15/03/1994, alterada pela Lei nº 055/2006, que confere ao Delegado Geral, atribuições para dirigir a Polícia Civil e praticar os demais atos necessários à eficaz Administração da Instituição Policial;

CONSIDERANDO: a recomendação da Auditoria Geral do Estado, no sentido de que seja designado Fiscal para os contratos vigentes com vistas a acompanhar a execução dos mesmos.

CONSIDERANDO: a PORTARIA Nº182/2020-DC/PCPA, do dia 28 de Outubro de 2020, publicada no DOE Nº34.394 dia 04 de novembro de 2020.

RESOLVE:

I – designar nos termos da lei nº 8666/93 o servidor SÉRIO DE OLIVEIRA DUARTE, Escrivão de Polícia Civil do Estado do Pará, Matrícula nº 5232910, portador do CPF nº 305.723.202-72, para acompanhar como fiscal a execução do contrato nº 394/2022 – PC/PA, firmado com a PREVENTIVA INFORMÁTICA COMERCIAL LTDA, inscrita no CNPJ nº 07.688.388/0001-04, situada na Rua Guatambu, nº 142, casa 01, bairro de Marechal Hermes, município do Rio de Janeiro, (RJ), CEP nº 21.555-350, cujo objeto é a aquisição de suprimentos e ferramentas de informática, e no seu impedimento o servidor NILTON SILVA COSTA, servidor publico administrativo da Polícia Civil do Estado do Pará, matrícula nº 5946538, portador do CPF nº 175.712.512-49, que assistirá o referido contrato com as mesmas atribuições, no âmbito da polícia civil do estado do pará, desde o início até o término da vigência contratual.

II – ATRIBUIR ao fiscal do Contrato as seguintes atividades:

a) acompanhar a execução contratual, em seus aspectos quantitativos e qualitativos;

b) registrar todas as ocorrências surgidas durante a execução do objeto;

c) determinar a reparação, correção ou substituição, às expensas da empresa contratada, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução;

d) rejeitar, no todo ou em parte, fornecimento executado em desacordo com o contrato;

e) exigir e assegurar o cumprimento dos prazos previamente estabelecidos;

f) exigir o cumprimento das cláusulas do contrato e respectivos termos aditivos (verificar a existência de possível subcontratação vedada contratualmente, por exemplo);

g) atestar e encaminhar as faturas/notas fiscais, devidamente atestadas para a Diretoria de Administração;

h) comunicar à autoridade superior, em tempo hábil, qualquer ocorrência que requeira decisões ou providências que ultrapassem sua competência, em face de risco ou iminência de prejuízo ao interesse público;

III – DETERMINAR a Diretoria de Administração que adote as devidas providências ao fiel cumprimento do presente Ato.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.

ANA MICHELLE GONÇALVES SOARES ZAGALO

Chefe de Gabinete do Delegado Geral da Polícia Civil/PA

BELÉM-PA, TERÇA-FEIRA, 21 DE NOVEMBRO DE 2022

PORTARIA N.º 137/2022-DGPCPA/DA/DIVERSOS

A Chefe de Gabinete do Delegado Geral da Polícia Civil/PA, ANA MICHELLE GONÇALVES SOARES ZAGALO, no uso de suas atribuições legais.

CONSIDERANDO: os termos da Lei Complementar nº 022/94 de 15/03/1994, alterada pela Lei nº 055/2006, que confere ao Delegado Geral, atribuições para dirigir a Polícia Civil e praticar os demais atos necessários à eficaz Administração da Instituição Policial;

CONSIDERANDO: a recomendação da Auditoria Geral do Estado, no sentido de que seja designado Fiscal para os contratos vigentes com vistas a acompanhar a execução dos mesmos.

CONSIDERANDO: a PORTARIA Nº182/2020-DC/PCPA, do dia 28 de Outubro de 2020, publicada no DOE Nº34.394 dia 04 de novembro de 2020.

RESOLVE:

I – designar nos termos da lei nº 8666/93 o servidor SÉRIO DE OLIVEIRA DUARTE, Escrivão de Polícia Civil do Estado do Pará, Matrícula nº 5232910, portador do CPF nº 305.723.202-72, para acompanhar como fiscal a execução do contrato nº 395/2022 – PC/PA, firmado com a BNB COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA LTDA – ME inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº 08.692.456/0001-71, situada Rua Goiás nº 862, bairro de Higienópolis, município de Catanduva – SP, CEP nº 15804-010, cujo objeto é a aquisição de suprimentos e ferramentas de informática, e no seu impedimento o servidor NILTON SILVA COSTA, servidor publico administrativo da Polícia Civil do Estado do Pará, matrícula nº 5946538, portador do CPF nº 175.712.512-49, que assistirá o referido contrato com as mesmas atribuições, no âmbito da polícia civil do estado do pará, desde o início até o término da vigência contratual.

II – ATRIBUIR ao fiscal do Contrato as seguintes atividades:

a) acompanhar a execução contratual, em seus aspectos quantitativos e qualitativos;

b) registrar todas as ocorrências surgidas durante a execução do objeto;

c) determinar a reparação, correção ou substituição, às expensas da empresa contratada, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução;

d) rejeitar, no todo ou em parte, fornecimento executado em desacordo com o contrato;

e) exigir e assegurar o cumprimento dos prazos previamente estabelecidos;

f) exigir o cumprimento das cláusulas do contrato e respectivos termos aditivos (verificar a existência de possível subcontratação vedada contratualmente, por exemplo);

g) atestar e encaminhar as faturas/notas fiscais, devidamente atestadas para a Diretoria de Administração;

h) comunicar à autoridade superior, em tempo hábil, qualquer ocorrência que requeira decisões ou providências que ultrapassem sua competência, em face de risco ou iminência de prejuízo ao interesse público;

III – DETERMINAR a Diretoria de Administração que adote as devidas providências ao fiel cumprimento do presente Ato.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.

ANA MICHELLE GONÇALVES SOARES ZAGALO

Chefe de Gabinete do Delegado Geral da Polícia Civil/PA

BELÉM-PA, TERÇA-FEIRA, 21 DE NOVEMBRO DE 2022

PORTARIA N.º 138/2022-DGPCPA/DA/DIVERSOS

A Chefe de Gabinete do Delegado Geral da Polícia Civil/PA, ANA MICHELLE GONÇALVES SOARES ZAGALO, no uso de suas atribuições legais.

CONSIDERANDO: os termos da Lei Complementar nº 022/94 de 15/03/1994, alterada pela Lei nº 055/2006, que confere ao Delegado Geral, atribuições para dirigir a Polícia Civil e praticar os demais atos necessários à eficaz Administração da Instituição Policial;

CONSIDERANDO: a recomendação da Auditoria Geral do Estado, no sentido de que seja designado Fiscal para os contratos vigentes com vistas a acompanhar a execução dos mesmos.